



COMITESINOS

8ª Reunião Ordinária/2014

11 de setembro de 2014

Local: Auditório 5C005, Centro de Ciências Econômicas da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h30 – 16h30

Pauta:

- 1) Abertura;
- 2) Aprovação da ata de 14 de agosto de 2014;
- 3) Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos Sinos - METROPLAN;
- 4) Programa de Efetivação do Plano de Bacia;
- 5) Projeto VerdeSinos – Unidades de Conservação;
- 6) Assuntos gerais.

Entidades Presentes

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: SEMAE e CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: Prefeitura de Rolante, COMUSA, Prefeitura de Canoas, Prefeitura de Sapiranga, SEMAE e Prefeitura de Esteio; Drenagem: SEMAE; Geração de Energia: CEEE; Produção Rural: Assoc. Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha, STR de Santo Antônio da Patrulha, STR de Taquara e Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha; Indústria: SINPASUL, AIC-Sul, COOPERJA, SINDUSCOM, ACI-NH/EV/CB e CICS-Portão; Mineração: ausente; Lazer e Turismo: não preenchida; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: CM de Santo Antônio da Patrulha, CM de Campo Bom e CM de Taquara; Associações Comunitárias: ausente; Clubes de Serviço: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS e EMATER; ONG's Ambientalistas: Movimento Roessler, UPAN e Projeto Mira Serra; Associações Profissionais: ASAEC; Organizações Sindicais: SENGE; III Grupo: Representação do Governo do Estado: SOP e Sec. de Agricultura; Representantes do Sistema: ausente; Demais Presentes: Rede Regional do Rio dos Sinos - Ministério Público/RS, COPTec, METROPLAN, CM de Carará, CM de Estância Velha, Batalhão da Brigada Ambiental, IPH/UFRGS, Centro Ambiental de Campo Bom, Prefeitura de Nova Santa Rita, Prefeitura de Novo Hamburgo, Prefeitura de Taquara, Prefeitura de Três Coroas, Charrua-Associação RPPNs, comunidade.

001	ATA N° 10/14 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA
002	Aos onze dias do mês de setembro de do ano de dois mil e quatorze, a plenária do COMITESINOS
003	reuniu-se às quatorze horas, no Auditório 5C005, Centro de Ciências Econômicas da UNISINOS,
004	município de São Leopoldo/RS, para a realização da oitava reunião ordinária do corrente ano. 1)
005	Abertura: O presidente do COMITESINOS, Arno Leandro Kayser, deu as boas vindas a todos e anunciou
006	a pauta da tarde. 4) Programa de Efetivação do Plano de Bacia: Antecipando um dos pontos da pauta,
007	o Presidente passou a palavra à secretária executiva, Viviane Nabinger, que apresentou o Programa de
008	Efetivação do Plano de Bacia em linhas gerais. Destacou a primeira atividade pública programada, a
009	Oficina temática: “O Licenciamento Ambiental e a Outorga do Uso da Água à Luz do Plano de Bacia da
010	Bacia Sinos”. Os objetivos são: a) Levar ao conhecimento dos municípios o que traz de novo o Plano de
011	Bacia e que deverá ser observado e respeitado nos processos de licenciamento diante das deliberações
012	do comitê; b) Sobre a outorga, a intenção é esclarecer o papel do DRH e apresentar as informações
013	mínimas (e corretas) que os municípios devem dispor para orientar empreendedores que visam se
014	estabelecer nos municípios e que, pelo tipo de atividade, deverão se reportar ao DRH para obterem
015	outorga; c) reafirmar que Licença Ambiental e Outorga devem caminhar juntas; d) apresentar e orientar
016	sobre a Base SIG, cujos dados foram produzidos no âmbito de elaboração do Plano de Bacia bem como
017	aqueles que deverão ser produzidos no âmbito de execução do VerdeSinos, destacando a necessária

018 aplicação da legislação sobre a proteção de encostas, nascentes e áreas úmidas. Público Alvo
019 (preferencial): Prefeituras dos municípios que integram a bacia Sinos, através de suas Secretarias ou
020 Departamentos de Meio Ambiente. Como estratégia de organização da atividade, será agendada reunião
021 preparatória ainda no mês de setembro. Viviane convidou os representantes das prefeituras de Esteio,
022 Sapiranga e Rolante no COMITESINOS, respectivamente, Orides de Oliveira, Andrea Oberherr e Marcelo
023 Menezes, que toparam participar da equipe de organização. **5) Projeto VerdeSinos – Unidades de**
024 **Conservação:** Arno convidou o biólogo Martin Molz, da equipe do Projeto VerdeSinos, para apresentar
025 como será o seu trabalho no escopo do projeto. Martin fez uma breve descrição da paisagem da Bacia
026 Sinos, depois diferenciou ecossistemas naturais (aqueles que fornecem inúmeros serviços ecossistêmicos
027 dependentes de habitats pouco ou não alterados), dos ecossistemas alterados (que também fornecem
028 serviços ecossistêmicos, alguns independentes de habitats naturais, mas muitos completamente
029 dependentes dos mesmos). Também definiu o que denomina-se serviços ecossistêmicos como sendo
030 aqueles que geram benefícios diretos e indiretos, por exemplo: disponibilidade de água, regulação do
031 clima, proteção contra riscos naturais (deslizamentos, enchentes etc.), controle de erosão e lixiviação,
032 polinização, decomposição. Segundo Martin, uma das mais sérias ameaças ao equilíbrio dos
033 ecossistemas, incluindo as funções e os serviços que os mesmos originam, é a perda de biodiversidade. E
034 uma das principais ações para conter esta perda tem sido a criação de Unidades de Conservação (UCs).
035 Martin afirmou que as UCs da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos estão mal distribuídas (89% em 7% da
036 área da bacia), são pouco representativas da biodiversidade regional, e os serviços ecossistêmicos nem
037 sempre estão bem distribuídos. As ações previstas para esta etapa do VerdeSinos são: Planejamento
038 Sistemático da Conversação e Educação Ambiental. As etapas do processo envolverão: identificação das
039 metas de conservação para a região de planejamento; avaliação das áreas de conservação já existentes;
040 seleção de áreas para conservação (prioridades); articulação institucional, identificação de grupos de
041 interesse e demais ações. Arno afirmou que as pessoas querem conhecer o seu lugar para poder cuidá-lo.
042 O VerdeSinos está proporcionando diversas frentes de trabalho que serão estratégicas para o
043 fornecimento de elementos às decisões municipais. Viviane destacou que o COMITESINOS realizou
044 diálogo com o Ministério Público do Estado, questionando os investimentos das compensações
045 ambientais em UCs de outros lugares, sendo que muitos dos empreendimentos que causam impacto à
046 bacia do Sinos. A Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA é quem decide a aplicação dos
047 recursos. Dra. Annelise Steigleder, Promotora designada da Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS,
048 afirmou que seria estratégico que o COMITESINOS tivesse acesso à CECA para que as compensações
049 dos impactos causados aqui sejam investidas aqui. Silvio Klein, da Associação dos Arquitetos e
050 Engenheiros Cívicos de Novo Hamburgo, resgatou que durante a sua gestão no COMITESINOS já foram
051 feitos movimentos neste sentido. Que durante o processo de audiências públicas para o licenciamento das
052 obras de implementação da BR448 o COMITESINOS encaminhou sugestões e pedido de que a lei acerca
053 das compensações ambientais fosse cumprida. O então Secretário de Estado do meio Ambiente, Berfran
054 Rosado, comprometeu-se em destinar 50% da compensação da referida obra para a Bacia Sinos e o
055 restante para fora. Silvio defende que é preciso dar continuidade a estes movimentos, especialmente
056 frente á obras vindouras como a continuidade da linha do trem em direção á Campo Bom e o aeroporto
057 em Portão. Rafael Altenhofen, representante da UPAN na categoria “ONGs Ambientistas” do
058 COMITESINOS, questionou a falta de critérios estaduais e municipais, tipologias como interferência direta
059 e indireta. Martin defende as redes de UCs para reforçar o trabalho e articular, pela complementaridade,
060 os aspectos que cada UC é capaz de resguardar. É importante, segundo Martin, assegurar o mínimo
061 possível de conflitos com as comunidades, pois elas é que serão os efetivos guardas-parque das UCs.
062 Rogério Mongenlos, representante do Projeto Mira Serra na categoria “ONGs Ambientistas” do
063 COMITESINOS, parabenizou pela visão diferenciada. Sugeriu avaliar profundamente a legislação e
064 também buscar o diálogo com o sistema de preservação da Biosfera da Mata Atlântica. **6) Assuntos**
065 **gerais:** Adolfo Klein, vice-presidente do COMITESINOS, e Viviane apresentaram histórico do diálogo que
066 vem sendo estabelecido entre a Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS, o COMITESINOS, o
067 Departamento de Recursos Hídricos do Estado – DRH/RS e o setor irrigante da bacia Sinos, desde 2012,
068 quando os promotores de justiça da época entenderam oportuno definir a forma de regularização
069 daquelas propriedades cuja lavoura poderia ser regularizada e a mudança de atividade naquelas em que
070 isso não fosse possível. As informações disponíveis no DRH/SEMA sobre o balanço hídrico da bacia
071 Sinos foram produzidas em 2005 e atualizadas em 2008, sendo necessária nova revisão porque a
072 situação já havia sofrido alterações, e também porque qualquer possibilidade de revisão das outorgas

073 deverá se fundamentar em dados técnicos. Na impossibilidade de o Estado fazê-lo, o setor irrigante
074 contratou estudo a ser executado pelo consultor Sidnei Agra. Desde a escassez de água de 2005, os
075 produtores de arroz já estavam sistematizando as áreas; adotando o método de plantio antecipado com
076 pré-germinado – não só o tardio, mas precoce e médio; o reuso de água. Originalmente as outorgas
077 concedidas eram definidas entre 14.000 a 15.000m³/ha/ano, mas pesquisa do Instituto Riograndense do
078 Arroz – IRGA demonstrou a possibilidade de irrigar as lavouras com 8.500 a 9.000m³/ha/ano. Havendo
079 indícios de disponibilidade de água para regularizar todas as lavouras, faltava apenas o balanço hídrico. A
080 categoria definiu, no âmbito de seus membros, que: a) não haverá instalações de novas lavouras de arroz
081 na bacia Sinos; b) o balanço hídrico seria por conta dos produtores e estudo sobre rearranjo das outorgas;
082 c) será adotada a vazão padrão para todas as lavouras (9.000m³/ha/ano) sistematizadas e com reuso de
083 água; e que o prazo para execução dos estudos era de 60 dias a partir do fornecimento de todas as
084 informações das propriedades (o que aconteceu ainda em 2013). Considerando a ausência de respostas
085 do consultor, e reconhecendo o empenho do setor, o DRH/RS mostrou-se sensível à possibilidade de
086 emissão de outorga precária para a safra 2014/2015, por se tratar de um processo com objetivos bem
087 definidos, seguindo todos os procedimentos exigidos pelo DRH/RS e pela FEPAM, com vigência para
088 safra única. Viviane ainda apresentou o roteiro de iniciativas a serem tomadas com o objetivo de
089 regularização das áreas irrigadas pela lavoura de arroz na parte alta da bacia Sinos. Silvío Klein pediu
090 cuidado com os procedimentos, especialmente pelo conflito de uso envolvendo a categoria em questão.
091 Viviane esclareceu que não se trata de flexibilizar as outorgas, mas de construir um procedimento que
092 consiga terminar com o uso clandestino de água. **2) Aprovação da ata de 14 de agosto de 2014:** O
093 presidente colocou sob regime de votação a aprovação da ata, já considerando que algumas
094 contribuições foram remetidas anteriormente por mensagem eletrônica. Por unanimidade, a ata foi
095 aprovada. **3) Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do**
096 **Rio dos Sinos – METROPLAN:** Arno resgatou que em 2013 o COMITESINOS participou de eventos em
097 Taquara e Rolante, organizados pelas comunidades preocupadas com as notícias veiculadas de que
098 seriam feitas barragens na região. Conforme o presidente, a METROPLAN participou de tais eventos
099 assegurando de que estavam apenas contratando estudos para avaliação de alternativas e não de
100 elaboração de projetos. Arno lembrou que, conforme relatado em reuniões plenárias, todas as secretarias
101 de Estado receberam consulta do COMITESINOS por ocasião do processo de elaboração do Plano de
102 Bacia. E em especial a METROPLAN foi convidada a participar da reunião plenária do dia 08 de maio de
103 2014, e esta, mesmo tendo confirmado a participação do Diretor de Incentivo ao Desenvolvimento da
104 METROPLAN, Dante Larentis, este não compareceu. Após outras tentativas de obtenção de respostas da
105 METROPLAN, o COMITESINOS recebeu, através da Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS, uma
106 cópia do Termo de Referência pra contratação de “Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização
107 do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos Sinos”, atualmente publicado no sítio eletrônico da entidade. O
108 mais grave deste processo, destacou Arno, é o avanço na tomada de decisões acerca de situações que
109 envolvem a gestão dos recursos hídricos sem diálogo com o COMITESINOS. Somente no último dia 02 de
110 setembro foi que o diretor Dante veio ao Comitê, tendo participado da reunião da Comissão Permanente
111 de Assessoramento à Diretoria – CPA, quando expôs os objetivos da METROPLAN. Dito isto, o presidente
112 apresentou o arquiteto Jayme Keunecke da METROPLAN e lhe passou a palavra. Jayme manifestou que
113 a METROPLAN deverá formalizar a sua indicação para que a entidade volte a participar das plenárias do
114 COMITESINOS, o que não ocorre desde a aposentadoria de Julio Cesar Volpi. Jayme afirmou que a
115 METROPLAN tem atuado na Bacia Sinos com o objetivo de fazer a gestão de inundações. A primeira
116 intervenção diz respeito à bacia de retenção no Arroio Sapucaia, e a outra é esta contratação de estudos
117 em pauta, com recursos do PAC2 - Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres
118 Naturais. Segundo Jayme, foram previstos investimentos na RMPA (Região Metropolitana de Porto
119 Alegre) para controle de inundações em: Alvorada, Eldorado do Sul, Bacia do Rio dos Sinos (Projeto de
120 barragens), Bacia do rio Gravataí (construção de duas barragens) e arroio Pampa em Novo Hamburgo,
121 totalizando 8 contratos com repasse do Orçamento Geral da União - OGU e 1 contrato com repasse via
122 financiamento. O arquiteto disse que após revisão técnica do Prof. Dr. Carlos Tucci em 2013, os
123 investimentos pontuais em barragens na bacia do Rio dos Sinos e na bacia do rio Gravataí mostraram-se
124 inadequados, sem o embasamento técnico suficiente que permitisse a continuidade dos projetos no
125 âmbito do PAC2. Assim, a METROPLAN apresentou Plano de Ação ao Ministério das Cidades em outubro
126 de 2013, constando basicamente em realocar recursos dos projetos e obras das barragens para estudos e
127 projetos de controle de inundações no rio dos Sinos e Gravataí e obras específicas nas bacias dos arroios

128 Pampa (Novo Hamburgo) e Sapucaia (Esteio e Canoas). Jayme informou que em 2014, definiu-se que
129 qualquer alteração de objeto nos contratos em vigência passaria por novo processo de seleção. Neste
130 caso, o Ministério sinalizou com a possibilidade de que os recursos (cerca de R\$ 300 milhões) estariam à
131 disposição do Estado, desde que fossem apresentados mais elementos técnicos (projetos) que
132 justificassem a nova proposta. O cronograma apresentado pela METROPLAN à plenária constou das
133 seguintes etapas: a) lançamento do edital em setembro de 2014; b) levantamentos de campo (aerofotos e
134 restituição 1:2000 de áreas urbanas, topobatimetria e cadastro de redes) até abril de 2015; c) estudo de
135 alternativas e anteprojetos de engenharia até abril de 2016; d) estudos ambientais e Licença Prévia até
136 dezembro de 2016; e) projetos básicos de engenharia até junho de 2017; e f) licitação obra ou Regime
137 Diferenciado de Contratação Integrado como etapa futura. O repasse para o pagamento das etapas 'b' até
138 'e' do cronograma citado será feito pelo Orçamento Geral da União. Jayme apresentou que os objetivos
139 deste Termo de Referência – TR são de estabelecer os estudos e projetos necessários para a gestão das
140 inundações na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, envolvendo os seguintes aspectos: avaliação dos
141 riscos no qual a população urbana da área de interesse está sujeita, quantificando e associando os danos
142 às probabilidades de eventos extremos; estudo de alternativas para controle da inundação ribeirinha,
143 contemplando medidas estruturais e não-estruturais; e obtenção de alternativas de intervenções
144 ambientalmente e economicamente viáveis para minimização de cheias, mediante a apropriação do
145 conhecimento local aliado a melhor técnica disponível. Na sequência da apresentação do arquiteto, o
146 presidente passou a palavra à Viviane, que apresentou a sistematização das considerações coletadas na
147 reunião da CPA, quando da análise do TR em questão. Sobre as questões mais amplas (ou de fundo):
148 Diques provocam alteração do regime hidrológico - competência do Sistema Estadual de Recursos
149 Hídricos (COMITESINOS como parte, deve avaliar e de manifestar sobre o TR); o Art. 12 da Lei Estadual
150 10.350/94 define que “ao Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica caberá a coordenação
151 programática das atividades dos agentes públicos e privados, relacionados aos recursos hídricos”; a
152 suposta inexistência de justificativa técnica para o Estado não levar adiante a proposta de construção de
153 barragens não se transforma em justificativa para a construção de diques; soluções preventivas e/ou
154 corretivas como a proteção de áreas junto à BR448 - Rodovia do Parque, hoje áreas inundadas e que,
155 com a construção da Rodovia (dique) associada às obras e estruturas complementares (TR), tornar-se-ão
156 próprias para ocupação urbana; revisão e possível alteração do TR condicionada à suposta aprovação da
157 Caixa Econômica Federal. Sobre as questões específicas: a METROPLAN não ouviu COMITESINOS,
158 havendo sobreposição de atividades com o aprovado através do Plano de Bacia com o qual o TR deve ser
159 compatível; o conceito aplicado de desastre natural é equivocado; não há referência sobre manutenção de
160 áreas inundadas - vida aquática; o argumento de que indústrias e o Parque de Exposição de Esteio
161 “querem” proteção por diques, sem a proposição de bacias de contenção; o TR consolida mais um Plano
162 (de drenagem), sem manter e consolidar os Planos Diretores Municipais e o Plano de Bacia e partir para a
163 ação; já houve a definição de segmentação da bacia em sub-bacias; a concepção e o objeto do TR
164 desconsideram análise de viabilidade institucional (só aspectos técnico-econômicos, sociais e ambientais),
165 sem a observação da Política de Recursos Hídricos instituída pela Lei 10.350/94; o instrumento não
166 parece ser um TR de estudos de alternativas, porque menciona projetos que deverão ser detalhados em
167 um nível de anteprojeto de engenharia; é citado que deverão ser consultadas todas as diretrizes, estudos,
168 projetos e planos diretores, em nível municipal, estadual e federal, mas se na elaboração do TR não foi
169 consultado, será depois (?); as consultas públicas mencionadas (que deverão ocorrer, conforme o TR)
170 servirão para qual objetivo (?); são citadas medidas tais como recuperação de áreas úmidas, banhados
171 construídos, restauração de margens, recomposição de vegetação ciliar, renaturalização de rios ou
172 córregos, entre outros, sem qualquer referência de responsabilidades ou metodologia (quem e como isto
173 será executado); em diferentes oportunidades, são mencionados “demais agentes envolvidos”, “demais
174 entidades envolvidas”, “programas de seminários”, “participação públicas – 6 reuniões públicas, consulta
175 pública, público-alvo, apresentação de produto à comunidade, informativos, cartazes, mas não menciona
176 o objetivo a ser alcançado com tais estratégias; na sistematização de informações, só a CORSAN foi
177 citada, desconsiderando COMUSA e SEMAE; a EMATER, mesmo que há um item que trata sobre a
178 avaliação de tendência de desenvolvimento rural, também não foi citada; ficou a dúvida sobre a existência
179 de consulta prévia à EMATER e aos municípios, já que foi citada a preocupação com a sustentabilidade e
180 o desenvolvimento sócio econômico urbano e rural sobre os corpos d’água quanto aos esgotos; também
181 foi citado que será avaliado se o sistema de tratamento de esgoto é adequado ambientalmente para os
182 corpos receptores de acordo com a meta de Enquadramento e/ou licenciamento, objetivo que não foi

183 compreendido no escopo do referido TR; há a previsão de realização de levantamento topobatimétrico,
184 desconsiderando que estudos deste tipo foram recém executados no escopo do processo de elaboração
185 do Plano de Bacia; e o TR citou ainda a implantação da entidade de gestão de drenagem urbana e
186 inundação sem dizer a origem legal e os objetivos disto frente à obrigatoriedade legal dos municípios nos
187 serviços de drenagem. O economista da METROPLAN, Esteban Félix Santana Carrion, valorizou as
188 manifestações apresentadas, afirmando que eles não ignoraram o Plano de Bacia, e que, a exemplo do
189 que fizeram na Bacia do Caí, observarão os estudos técnicos existentes. Carlos André Mendes Bulhões,
190 membro da CPA do COMITESINOS representando o Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH/UFRGS,
191 parabenizou a METROPLAN pelo seu retorno ao COMITESINOS, visto que a participação da entidade em
192 comitês de bacia é histórica. Reforçou que o TR apresenta redundâncias e que há a necessidade de
193 construção conjunta com o COMITESINOS. Afirmou ainda que o movimento na direção do Comitê deve
194 partir da METROPLAN, uma vez que está propondo intervenções na Bacia Sinos. A BR448 está com as
195 margens (áreas úmidas) sendo aterradas com resíduos de construção civil na altura de Canoas. Na
196 enchente de 2013, os níveis do Rio dos Sinos quase ultrapassaram a capacidade da altura dos diques e o
197 EIA-RIMA da BR448 já previa isso. Portanto, as ações devem ser integradas. William da Silva Papi,
198 técnico da Secretaria de Meio Ambiente de Esteio, relatou que município vem sofrendo com recorrentes
199 inundações. Segundo ele, as áreas úmidas ajudam a absorver, mas ainda assim a água atinge as áreas
200 urbanas. Citou que já estão executando as primeiras etapas de projeto de contenção de inundações na
201 sub-bacia do Arroio Sapucaia, e que na opinião dele o TR não apresenta soluções pré-definidas. Afirmou
202 que o EIA-RIMA feito pela empresa Ecoplan para as obras da BR448 não citam problemas no sistema
203 atual de diques. Rafael defendeu que o TR não considera a gestão por bacia hidrográfica, olhando apenas
204 para trechos. Anunciou que hoje há mais de um mil e oitocentos hectares de áreas úmidas isoladas no Rio
205 dos Sinos, deixando de cumprir seu papel de esponja na retenção natural das águas. Rafael questionou
206 se o que afeta mais pessoas é a estiagem ou a cheia, sugerindo no deslocamento de pessoas uma
207 solução para as inundações e benefício da retenção de águas. Guido Mário Prass Filho, representante da
208 Câmara Municipal de Taquara na categoria "Legislativos Municipais e Estadual" do COMITESINOS,
209 registrou seu choque em verificar que novamente o estado está tratando de intervenções na Bacia Sinos
210 sem ouvir o desejo da sua comunidade. Afirmou estar concluindo que a obra da BR448 já estava
211 prevendo a contratação de mais empresas para implementar diques. Nelson Baldasso, da EMATER,
212 destacou que há sobreposição imediata do TR com a pauta do COMITESINOS refletida no Plano de
213 Bacia, para o qual foram dedicados meses de trabalho e mobilização social. Discordou deste eterno
214 palanque para disputas entre rural e urbano, que esconde os objetivos econômicos por trás de discursos
215 sociais. O que o COMITESINOS quer é que ouçam as entidades e comunidades da região. Baldasso
216 ressaltou que é um desrespeito gastar dinheiro público com a desculpa de que é para proteger a
217 sociedade. Carlos André sugere que o Prof. Joel Avruch Goldenfum do IPH/UFRGS, responsável pelos
218 estudos feitos na sub-bacia do Arroio Sapucaia, seja convidado a apresentar os resultados no
219 COMITESINOS. A plenária definiu que o COMITESINOS deverá se reportar à METROPLAN pedindo
220 revisão do TR e compatibilização do mesmo com o Plano de Bacia. **6) Assuntos gerais:** Ana Juliano,
221 representante da Associação de RPPNs – Charrua, denunciou Estado pela compra de vinte e nove
222 hectares em Zona de Interesse Ambiental no município de Sapucaia do Sul, onde agora estão sendo
223 construídas 950 casas. Viviane pediu que Ana encaminhasse aos COMITESINOS elementos que possam
224 fundamentar a averiguação da situação. E tendo sido tratados todos os temas de pauta, Arno agradeceu
225 pela presença de todos, e deu por encerrada a plenária. E, para constar, lavrei a presente ata que, depois
226 de aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por mim.

São Leopoldo, 12 de março de 2015.

231 Adolfo Antônio Klein
232 Vice-Presidente

Arno Leandro Kayser
Presidente

Viviane Nabinger
Secretária Executiva

233